

Rolagem da dívida terá urgência na Câmara

Pública

Telefoto de Ricardo Stuckert

BRASÍLIA — O apoio do PFL da Bahia garantiu ontem à noite, numa sessão extraordinária da Câmara, que a rolagem da dívida de estados e municípios seja votada em regime de urgência. A rolagem da dívida, no valor total de US\$ 57 bilhões, havia sido acertada entre o Governo e o PMDB, em troca da votação do pacote fiscal. A rolagem e o pacote entram agora com prioridade na pauta de votação da Câmara, que se reúne a partir de hoje em convocação extraordinária.

Na terceira tentativa de se votar o regime de urgência, o acordo entre Governo e PMDB saiu vitorioso por um voto a mais do que o necessário para atingir a maioria absoluta necessária para aprovar o requerimento de urgência (253 votos). Cem deputados votaram contra e seis se abstiveram.

A adesão do PFL foi garantida num novo acordo, que resultou em três propostas de emendas ao texto do relator Francisco Dornelles (PFL-RJ). O acordo foi fechado poucos minutos antes da votação, no gabinete do líder do Governo, Humberto Souto (PFL-RJ), entre o PMDB, o PFL da Bahia e a área econômica do Governo.

Uma das emendas exige que o pagamento das dívidas esteja em dia entre 30 de setembro (quando se fará o levantamento do saldo devedor) e a data de assinatura do contrato de rolagem. Outra emenda equipara o custo de carregamento dos títulos a serem emitidos por estados e municípios para rolar o estoque da dívida, ao custo médio dos papéis federais. A terceira alteração no texto do relator é a exigência de garantias dos estados para a rolagem de 10% da dívidas das empresas do setor elétrico.



Deputado Ibsen Pinheiro (ao centro) preside a sessão extraordinária da Câmara que aprovou o regime de urgência